



Cuiabá, 31 de março de 2020

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao disposto no Art. 4º da Circular 3.964, de 25 de setembro de 2019, elaboramos a presente carta de apresentação das demonstrações financeiras da **Amaggi S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreende:

1. Relatório da Administração;
2. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração de Resultados;
5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
7. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras objeto deste arquivo foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso em 31 de março de 2020, jornal "A Gazeta" de circulação na localidade sede desta companhia, bem como estarão disponíveis no endereço eletrônico www.al5bank.com.br.

A administração declara que é responsável pela correta apresentação das demonstrações financeiras e se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador
CRC/PR 42073/O-6

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Amaggi S.A. – CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos novos relevantes

O segundo semestre de 2019 da Companhia foi marcado por seu reposicionamento estratégico, iniciando-se pela mudança de marca, que passou a ser denominada “**AL5 BANK**”. Estas mudanças também aconteceram em aspectos mercadológicos, com a modernização das atividades e o avanço para meios digitais, através do desenvolvimento do aplicativo (app) *mobile* para contas de pagamento, tendência no mercado financeiro atual. Na mesma linha, nos conectamos à plataformas digitais de correspondentes bancários, ferramentas que permitiram à Companhia alavancar sua base de clientes e expandir seu portfólio de produtos de varejo. No mesmo período, a Amaggi S.A - CFI passou a operar com conta liquidação própria no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), sob o código 349, ganhando assim eficiência operacional para a nova proposta de trabalho e reduzindo custos com banco liquidante.

Para dar suporte às novas atividades a Companhia dobrou seu quadro de pessoal, encerrando o ano com 23 colaboradores, além desta Administração. A estratégia foca na melhoria contínua de processos e na qualidade de atendimento que, aliado à ferramentas digitais de atendimento, proporcionam melhor experiência aos usuários.

Destacam-se ainda os investimentos realizados na estrutura de Gerenciamento de Riscos da Companhia em que, através de empresa de consultoria especializada, foram mapeados e revisados os principais processos e políticas de cada uma das áreas corporativas, fato que demonstra o cuidado da Amaggi S.A - CFI em seus processos e traz maior confiabilidade e segurança na gestão dos riscos operacionais, de crédito, de mercado e na gestão de capital, além de cumprir dispositivos legais obrigatórios, contidos na Resolução CMN 4.557/17.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A Amaggi S.A - CFI encerrou o exercício de 2019 com 6.580 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 92,34 milhões, tendo apurado resultados positivos para o período, com receitas totais na ordem de R\$14,67 milhões e lucro líquido de R\$ 246 mil, números que reduzem prejuízos de exercícios anteriores e provocam uma relevante curva ascendente em direção às projeções iniciais. Entretanto, tendo em vista a realização dos gastos alocados para o reposicionamento estratégico da Companhia, acompanhados do cenário econômico nacional, onde os principais indicadores apontam sinais de recuperação mas de forma ainda tímida, o resultado apurado ainda não refletiu a expectativa de projeção de nossas atividades retratado no Plano de Negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Por outro lado, a decaída da taxa básica de juros (Selic) que, após iniciar o ano em 6,5%, finalizou o período em 4,5%, tende a contribuir para o aumento da busca por crédito nos períodos subsequentes.

Ainda assim, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução nº 4.122/2012 esta Administração declara que está buscando a aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil e ressalta que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através, principalmente, do acompanhamento do Plano de Negócios e dos Ativos Ponderados por risco.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da Amaggi S.A. - CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 23 de março de 2020.

Dante Pozzi
Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Semestre e exercício Anterior

Os valores correspondentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 22 de março de 2019, sem modificação.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2020.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/MT
REGINALDO BESCOROVAINÉ
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5 S/MT

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2019
Ativo Circulante		<u>74.915</u>	<u>21.154</u>	Passivo Circulante		<u>2.240</u>	<u>318</u>
Disponibilidades	5.a	278	2	Depósitos	12.a	10	10
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		16.576	11.772	Depósitos a Prazo		10	10
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	16.576	11.772	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	752	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Recursos de Aceites Cambiais		752	-
Financeiros Derivativos		501	501	Outras Obrigações		1.478	308
Carteira Própria	6	501	501	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.a	95	29
				Sociais e Estatutárias	13.b	342	-
				Fiscais e Previdenciárias	13.a	750	101
				Diversas	13.c	291	178
Operações de Crédito		57.309	7.992	Exigível a Longo Prazo		55.470	28.564
Setor Privado	7.a	59.403	8.211	Depósitos		-	22
Setor Público	7.a	26	-	Depósitos a Prazo		-	22
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(2.120)	(219)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	55.470	28.542
Outros Créditos		237	887	Recursos de Aceites Cambiais		55.470	28.542
Diversos		237	887	Patrimônio Líquido	14	39.321	14.417
Outros Valores e Bens	9	14	-	Capital			
Despesas Antecipadas		14	-	De Domiciliados no País		50.000	15.000
Realizável a Longo Prazo		<u>21.275</u>	<u>21.792</u>	(-) Capital a Realizar		(10.000)	-
Operações de Crédito		21.251	21.792	Reservas de Lucros		12	
Operações de Crédito - Setor Privado	7.a	21.678	22.448	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(691)	(583)
Operações de Crédito - Setor Público	7.a	60	-	Total do Passivo		<u>97.031</u>	<u>43.299</u>
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(487)	(656)				
Outros Valores e Bens	9	24	-				
Despesas Antecipadas		24	-				
Permanente		841	353				
Imobilizado de Uso	10	311	174				
Outras Imobilizações de Uso		394	214				
(-) Depreciações Acumuladas		(83)	(40)				
Intangível	11	530	179				
Outras Ativos Intangíveis		628	229				
(-) Amortizações Acumuladas		(98)	(50)				
Total do Ativo		<u>97.031</u>	<u>43.299</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre	
		2.019	2.018
Receitas de Intermediação Financeira	18.a	8.691	5.484
Operações de Crédito		7.212	4.521
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.468	382
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		11	581
Despesas da Intermediação Financeira		(4.789)	(2.110)
Operações de Captação no Mercado	18.b	(1.897)	(1.238)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.898)	(872)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	18.c	(994)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.902	3.374
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(2.708)	(4.079)
Receitas de Prestação de Serviços	18.d	620	235
Outras Despesas Administrativas	18.e	(1.708)	(2.042)
Despesas de Pessoal	18.f	(1.417)	(2.210)
Despesas Tributárias	18.g	(263)	(224)
Outras Receitas/(Despesas)	18.h	60	162
Resultado Operacional		1.194	(705)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		1.194	(705)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(957)	337
Provisão para Imposto de Renda		(444)	-
Provisão para Contribuição Social		(306)	-
Ativo Fiscal Diferido		(207)	337
Lucro Líquido/(Prejuízo)do Período		237	(368)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Semestre Findo em 31 de Dezembro**

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	15.000	-	-	-	-	(215)	14.785
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(368)	(368)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.000	-	-	-	-	(583)	14.417
Aumento de Capital	15.000	20.000	(10.000)	-	-	-	25.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	9	9
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	30.000	20.000	(10.000)	-	-	(574)	39.426
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	237	237
Destinações							
Constituição de Reservas	-	-	-	12	-	(12)	0
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(342)	(342)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	40.000	10.000	(10.000)	12	-	(691)	39.321
Mutações do Semestre	10.000	(10.000)	-	12	-	(117)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2.019	2.019	2.018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.194	1.579	(705)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período			
Depreciações e Amortizações	59	91	61
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.459	1.732	821
	2.712	3.402	177
IR e CS Pagos	(750)	(955)	0
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	10.010	-	
Operações de Crédito	(35.724)	(50.508)	(19.913)
Outros Créditos	445	272	65
Outros Valores e Bens	(38)	(38)	-
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Depósitos	(22)	(22)	30
Recursos de Aceites Cambiais	(21.144)	27.680	25.432
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	22	66	-
Sociais e Estatutárias	342	342	-
Fiscais e Previdenciárias	471	649	-
Outras Obrigações	(9)	113	(236)
	(43.685)	(18.999)	5.555
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda			317
Aquisição de Imobilizado de Uso	(30)	(180)	(23)
Aquisição de Intangível	(102)	(399)	(74)
	(132)	(579)	220
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	-	25.000	
Juros Sobre Capital Próprio	(342)	(342)	-
	(342)	24.658	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(44.159)	5.080	5.775
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	61.013	11.774	5.999
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	16.854	16.854	11.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Amaggi S.A. - CFI”) é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017 momento pela qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, por meio da realização de operações de crédito como Capital de Giro na modalidade de empréstimo para atender as empresas fornecedoras da Amaggi, o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores desta Companhia, Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas, Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal por meio de ferramentas digitais e correspondentes bancários, além de financiamento de veículos e outros bens, como máquinas e implementos agrícolas, sendo a captação de recursos realizada no próprio conglomerado e outras fontes no mercado, através da aplicação em Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Letras de Câmbio.

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04- Ativo Intangível, CPC 05- Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10- Pagamento Baseado em Ações, CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24- Eventos Subsequentes, CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33- Benefícios a Empregados.

Durante 2019 foram normatizadas pelo órgão regulador, Banco Central do Brasil (Bacen), procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para as demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), bem como quanto à remessa de informações a respeito da divulgação de dados abertos e remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da central de demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Nacional .

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 23 de março de 2020.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias conforme Resolução nº 3.604/08.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela Amaggi S.A. - CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

e) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

g) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 10.

i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

j) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real trimestral para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

l) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A Amaggi S.A. - CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a Amaggi S.A. - CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da Amaggi S.A. - CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da Amaggi S.A. - CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da Amaggi S.A. - CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da Amaggi S.A. - CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Amaggi S.A. - CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na Amaggi S.A. - CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A Amaggi S.A. - CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A Amaggi S.A. - CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem ocorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, por meio das Resoluções n.ºs 4.192/13 e 4.278/13 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência por meio da Resolução n.º 4.193/13 instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido (8%) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). O índice de Basileia, em 31 de Dezembro de 2019 apurado é de 39,69% frente à 26,62% em 31 de dezembro de 2018. A tabela abaixo demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e também as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	2019	2018
Patrimônio de Referência	39.133	14.075
Patrimônio de Referência Nível I	39.133	14.075
Capital Principal	39.133	14.075
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	98.604	52.878
Risco de Crédito	78.989	28.495
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	19.615	24.383
Índice de Basileia	39,69%	26,62%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	2019	2018
Depósitos bancários	278	2
Total	278	2

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2019	2018
Compromissadas (i)	16.576	8.689
Depósitos interfinanceiros	-	3.083
Total	16.576	11.772

(i) Em 31 de Dezembro de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 16.576 com data de revenda prevista para o dia 02 de janeiro de 2020.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de Dezembro de 2019 apresentavam montantes de R\$ 501 e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	2019	2018
	Valor de Custo e de Mercado	Valor de Custo e de Mercado
Títulos disponíveis para venda	501	501
Carteira Própria	501	501
Cotas de Fundos de Investimento (i)	501	501
Total	501	501

(i) O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo e disponibilizada na CVM. Os saldos em Cotas de Fundos de Investimento são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	2019				2018					
	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2019	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	% Provisão	Provisão 2018
A	6.677	31.062	37.739	0,5	189	1.227	11.418	12.645	0,5	63
B	14.177	2.904	17.081	1	170	10.909	241	11.150	1	112
C	17.341	4.668	22.009	3	660	3.074	3.149	6.223	3	187
D	166	581	747	10	75	-	4	4	10	1
E	2.519	246	2.765	30	827	-	87	87	30	26
F	-	70	70	50	35	-	77	77	50	38
G	216	90	306	70	214	-	81	81	70	56
H	-	450	450	100	437	-	392	392	100	392
Total	41.096	40.071	81.167		2.607	15.210	15.449	30.659		875

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a carteira de crédito estava composta de saldos:

Produto	2019			2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	9.850	2.885	12.735	2.153	8.699	10.851
Capital de Giro	24.151	9.487	33.638	2.102	13.108	15.210
Empréstimo Pessoal	18.970	5.290	24.260	3.031	-	3.031
Desconto de Recebíveis	2.130	-	2.130	1.095	-	1.095
Financiamento de Veículos	3.254	3.055	6.309	49	423	472
Financiamento Demais Bens	1.074	1.021	2.095	-	-	-
Total da Carteira de Crédito	59.429	21.738	81.167	8.430	22.229	30.659
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.120	487	2.607	219	656	875
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	57.309	21.251	78.560	8.211	21.573	29.784

	2019	Participação	2018	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	39.985	49,3%	16.053	52,36%
Outros Serviços	11.803	14,5%	8.386	27,35%
Comércio	16.535	20,4%	5.768	18,81%
Indústria	11.625	14,3%	453	1,48%
Rural	1.133	1,4%	-	-
Setor Público				
Pessoas Físicas	86	0,1%	-	-
Total	81.167	100%	30.659	100,00%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	2019	2018
De 1 a 30 dias	4.658	961
De 31 a 60 dias	7.679	49
De 61 a 90 dias	5.181	3.128
De 91 a 180 dias	15.862	2.413
De 181 a 360 dias	24.064	6.020
Acima de 360 dias	21.738	17.948
Subtotal	79.182	30.519
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 30 dias	503	137
De 31 a 60 dias	279	3
De 61 a 90 dias	351	-
De 90 a 120 dias	526	-
De 121 a 150 dias	70	-
De 151 a 180 dias	66	-
De 181 a 240 dias	82	-
De 241 a 360 dias	98	-
Acima de 360 dias	10	-
Subtotal	1.985	140
Total	81.167	30.659

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Inicial	(875)	(54)
Constituições	(2.443)	(872)
Baixas	711	51
Saldo Final	<u>(2.607)</u>	<u>(875)</u>

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	<u>2019</u>	<u>%</u>	<u>2018</u>	<u>%</u>
Maior devedor	5.155	6	3.074	10
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	29.782	37	18.568	61
Vinte maiores devedores	41.015	51	19.637	64
Cinquenta maiores devedores	48.002	59	20.535	67
Cem maiores devedores	49.447	61	21.459	70

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	2º Semestre		
	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas com Empréstimos	6.628	10.053	4.491
Rendas com Direitos Creditórios	29	29	-
Rendas com Financiamentos	555	715	30
Total	<u>7.212</u>	<u>10.797</u>	<u>4.521</u>

f) Renegociação e recuperação de créditos

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 43.

Nota 8. Outros créditos – Diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos e Antecipações	23	-
Impostos e contribuições a compensar (b)	201	494
Imposto de Renda a recuperar	13	-
Devedores diversos	-	15
Créditos tributários de impostos e contribuições (c)	-	378
Total	<u>237</u>	<u>887</u>

(a) Adiantamentos e Antecipações

É composto por adiantamentos de salários (R\$ 9) e décimo-terceiro salário (R\$ 14) realizados em dezembro de 2019, que serão descontados em períodos futuros.

(b) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 166, corrigidos pela Selic que no período somam o valor de R\$ 201.

(c) Créditos tributários de impostos e contribuições

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram reconhecidos no resultado do exercício de 2019.

Nota 9. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos.

	2019		2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Outros Valore e Bens				
Serviço de Armazenamento de Dados	14	24	38	-

Nota 10. Imobilizado de Uso

					12/2019	
	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Residual		
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	250	(40)	210		
Processamento de Dados	20%	144	(43)	101		
Total		394	(83)	311		

	12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	12/2019
Móveis e Equipamentos de Uso	113	118	-	(21)	10	210
Processamento de Dados	61	62	-	(22)	20	101
Total	174	180	-	(43)		311

Nota 11. Intangível

					12/2019	
	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual		
Outros ativos intangíveis	20%	628	(98)	530		
Total		628	(98)	530		

	12/2018	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	12/2019
Outros Ativos Intangíveis	179	399	-	(48)	20	530
Total	179	399	-	(48)		530

É representado por software registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 12. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 31/dez/19</u>	<u>Saldo em 31/dez/18</u>
Depósitos a prazo (a)	10	-	-	10	32
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	-	752	55.470	56.222	28.542
Total	10	752	55.470	56.232	33.421

(a) Depósitos a prazo

Representado por Depósitos a Prazo no montante de R\$ 10 com vencimento até 22 de janeiro de 2020 com taxa de 100% do DI;

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 56.222 com vencimento até 22 de novembro de 2024 com taxa média de 98% do DI;

Nota 13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e Contribuições A Recolher (i)	750	101
IOF a Recolher	95	29
Total	845	130

(i) Referem-se a valores de IRPJ e CSLL sobre o lucro do 4º trimestre, Pis/Cofins sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 31 de dezembro 2019, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

b) Sociais e Estatutárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros sobre capital próprio a pagar (i)	342	-
Total	342	-

(i) O pagamento de juros sobre capital próprio está previsto no Paragrafo 4º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e são equivalentes à distribuição e pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme caput do mesmo artigo. Foram calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, respeitando os limites do lucro condicionados no parágrafo 1º do referido artigo.

c) Diversas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	245	147
Credores diversos – País (ii)	46	31
Total	291	178

(i) As provisões referem-se à despesas de pessoal, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) O montante de R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019 representa, principalmente, as obrigações com fornecedores de materiais e serviços utilizados na manutenção das atividades da Amaggi S.A. - CFI e taxas de registro de gravame a repassar.

Nota 14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2019, é de R\$ 50.000, dos quais, R\$ 40.000 totalmente integralizados e R\$ 10.000 a integralizar, representado por 50 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada Amaggi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento:

Acionista	2019	2018
Amaggi Participações Financeiras Ltda.	49.999	14.999
Hugo de Carvalho Ribeiro	0.01	0.01
Subtotal	50.000	15.000

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período, no montante de R\$ 12.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2019	2018
Prejuízos acumulados	(348)	(583)
Juros Sobre Capital Próprio	(342)	-
Total	(691)	(583)

Conforme previsto no parágrafo 4º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e atendendo aos critérios contidos no art. 9º da lei 9.249/95, a Administração decidiu pelo pagamento de juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

Após os juros sobre o capital próprio e as reservas de lucros, a Companhia apurou resultado positivo no exercício no montante de R\$ 237, desta forma, amortizou prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Nota 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real trimestral em 31 de dezembro de 2019.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	1.579	1.579	(705)	(705)
Adições				
Permanentes	14	14		
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.481	2.481	483	483
Provisão de Despesas	-	-	17	17
Exclusões Permanentes	(342)	(342)	(165)	(165)
Exclusões Temporárias	(868)	(868)		
Prejuízo Fiscal	(407)	(407)	-	-
Base de Cálculo	2.457	2.457	(370)	(370)
Benefício do Pat	15	-	-	-
Prorrogação Licença Maternidade	18	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	236	142	(138)	(64)
IR e CS Apurado	561	394	-	-
Efeito do IR e CS no Resultado	797	536	(138)	(64)

b) Movimentação do Ativo Fiscal Diferido

	<u>12/2018</u>	Adição	(-) Baixa	<u>12/2019</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	215	-	(215)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	163	-	(163)	-
Outras (contingências e provisões operacionais)	-	-	-	-
Total	378	-	(378)	-

Nota 16. Custódia dos títulos da carteira

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador do fundo investido.

Nota 17. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008. Os valores com partes relacionados são remunerados a taxa média de 104% do DI.

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Passivo	(Despesa)	Passivo	(Despesa)
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(9.637)	(855)	(19.244)	(904)
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	(27.901)	(481)	-	-
HFLC Administração e Participações Ltda.	(7.889)	(576)	(7.200)	(227)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(45.427)	(1.912)	(26.444)	(1.131)

Os saldos com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 referem-se a captações em letras de câmbio.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da Amaggi S.A - CFI o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para os anos de 2018 valor total de R\$ 350 e 2019 no valor total de R\$ 500.

Nota 18. Outras informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	2º Semestre de 2019	2019	2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.468	2.762	382
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	11	24	581
Operações de Crédito	7.212	10.797	4.521
Total	8.691	13.583	5.484

b) Despesas de Captação

	2º Semestre de 2019	2019	2018
RDB	1	1	-
Letras de Câmbio Pós	1.896	3.596	1.238
Total	1.897	3.597	1.238

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	2º Semestre de 2019	2019	2018
Comissões (i)	994	994	-
Total	994	994	-

(i) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:

	2º Semestre de 2019	2019	2018
Tarifa de cadastro	569	704	235
Aditamento de contrato	9	9	-
Emissão de contratos	42	42	-
Total	620	755	235

e) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre de 2019	2019	2018
Contribuição Ordinária ao FGC	43	69	19
Processamento de Dados	644	1.160	872
Serviços Técnicos Especializados	316	474	579
Serviços do Sistema Financeiro	158	276	221
Seguros	6	19	46
Comunicações	40	53	27
Manutenção e Conservação	2	2	-
Serviços de Terceiros	167	242	24
Propaganda e Publicidade	57	57	-
Promoções e Realizações	-	4	-
Publicações	21	28	13
Material	5	6	3
Viagens	80	112	21
Amortização	32	48	32
Depreciação	26	43	29
Outras Despesas Administrativas	111	199	156
Total	1.708	2.792	2.042

f) Despesas de Pessoal

	2º Semestre de 2019	2019	2018
Proventos	871	1.701	1.361
Encargos	269	532	467
Benefícios	272	446	360
Outros	5	14	22
Total	1.417	2.693	2.210

g) Despesas Tributárias

	2º Semestre de 2019	2019	2018
COFINS	194	334	180
PIS	32	55	29
ISS	35	52	12
IOF	2	3	3
Total	263	444	224

h) Outras Receitas e Despesas

	2º Semestre		
	de 2019	2019	2018
Outras rendas operacionais (i)	43	50	-
Outras rendas não operacionais (ii)	86	290	48
Reversão de provisões não operacionais	-	-	300
Reversão de provisões operacionais	-	-	(135)
Outras despesas operacionais (iii)	(69)	(97)	(51)
Total	60	243	162

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

(ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.

(iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da Amaggi S.A. - CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, dentre outros.

j) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

k) Contingências

Em 2019 e 2018 não existiram processos judiciais ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos devidos.

Dante Pozzi
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Cledison de Souza Cerqueira
Diretor Operacional

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador – CRC-PR-042073/O-6
CPF: 561.425.280-00